

REGIME DAS TREVAS

Com corte de som e apagão,
por ordem de seu presidente
para abafar a oposição, Senado
aprova a destruição da CLT

FORA GOLPISTAS E SUAS CONTRARREFORMAS



ÚLTIMA HORA!

Moro condena Lula. Querem impedir sua candidatura,
querem cassar o direito do povo escolher!
Mais que nunca: Lula Presidente, com Constituinte!

Partido

1º reunião do DN eleito
no 6º Congresso
pág. 4

Luta de classe

Prosseguir no movimento
pela greve geral
pág. 6 e 7

Nacional

Liberdade para
Vaccari Já!
pág. 9

Chile

Governo ataca
direito de greve
pág. 11

Novos ataques à educação

“Novo FIES” e cortes na Assistência Estudantil prejudica estudantes

No último dia 6, Michel Temer e seu comparsa, Mendonça Filho (DEM), Ministro da Educação, anunciaram Medida Provisória do “Novo FIES” (Fundo de Investimento Estudantil), com novas restrições para os contratos de 2018. Cortes no MEC atingem em cheio as universidades federais que não têm dinheiro para funcionamento, principalmente Assistência Estudantil.

Já no primeiro semestre de 2017, uma em cada quatro vagas do FIES não foram preenchidas, pois mudaram o financiamento e endureceram regras de acesso.

Agora, as restrições no “Novo FIES” tem objetivo de reduzir custo nas contas públicas, apertando cinto do estudante. Serão três tipos de contrato: FIES 1 - 100 mil contratos, taxa de juros zero, renda familiar até 3 salários mínimos; FIES 2 - 150 mil vagas, taxa de 3%, com renda até 5 salários, das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (exceto DF) e FIES 3 - qualquer local do país, juros maiores (a definir). Nos dois últimos casos, o contrato será feito diretamente com bancos, inclusive privados, que lucrarão à custa dos estudantes.

O governo culpa os estudantes pela inadimplência, pois têm “pouca cla-



reza: é um financiamento, e não uma bolsa ou empréstimo a fundo perdido”. Hoje, estudantes pagam 24% da mensalidade, mas governo quer onerar direto o salário em até 30%.

Na crise, os estudantes, maioria jovens, amargam 27% de desemprego, e não têm condições de pagar mensalidades abusivas, nem o próprio FIES, o que vai piorar com novos ataques.

Assistência Estudantil sofre com cortes

As universidades federais foram atingidas com cortes de 3,6 bilhões no MEC. Só este ano quase 7% do orçamento de custeio das instituições foram cortados, o que ampliou

demissões de terceirizados como na Universidade de Brasília (UnB) e na Federal de Santa Maria (RS).

Atividades de ensino, laboratórios e a pós-graduação estão ameaçados. A assistência estudantil é uma das mais afetadas, com perda de bolsas, precarização de restaurantes e residências universitárias. Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a reitoria pró-tempore, indicada pelo governo, cortou assistência de estudantes internacionais causando revolta de entidades estudantis que em nota acusam “o viés autoritário do Sr. Pró-Tempore e que a construção de imposições da

universidade acarreta, não soluções sobre os nossos problemas, mas, sim, precarização”.

A Associação Nacional dos dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior afirma que universidades “encontram-se ameaçadas por gravosas restrições orçamentárias, sob pena de inviabilização de nossas missões”.

Organizar a resistência

O 55º Conune (Congresso da UNE) adotou resoluções que ajudam a organizar a luta contra estes ataques: defesa irrestrita dos direitos dos estudantes do FIES, contra os altos juros e mudança nas taxas de mensalidade e defesa da educação pública, e o combate aos cortes. São decisões que a UNE deve colocar em prática, preparando a Jornada de Lutas na semana de 11 de agosto em todo país.

Rodrigo Lantyer

Dória corta Passe-Livre

Prefeito de São Paulo restringe direito dos estudantes

No último dia 8 a gestão Dória publicou mudanças na regra do Passe Livre Estudantil. A alteração restringe o benefício a apenas uma viagem de ida e volta, uma terceira viagem seria paga pelo estudante, o que limita ir a atividades de lazer e cultura, um ataque brutal ao direito conquistado pela juventude com muita luta!

Com a mudança, a cota, que anteriormente tinha duração de 24 horas com direito a 8 ônibus, passou a uma duração de 2 horas e direito a apenas 4 conduções. Na prática isso é extinguir Passe Livre do estudante trabalhador que necessitava da cota para não ter mais nenhum gasto adicional. Além disso, restringe o passe livre aos dias úteis, excluindo um dos aspectos mais fundamentais da formação dos jovens: seu desenvolvimento pessoal e social no tempo livre.

Essa medida criminosa de Dória pede uma resposta da juventude. No dia 12 a UPES e demais entidades estudantis convocaram um primeiro ato contra a medida. A Juventude Revolução de São Paulo jogou energia na convocação desse ato e se engaja na luta contra o prefeito João Dória e sua linha de corte de direitos e privatização dos serviços públicos na cidade..

Gleisi se reúne com juventude petista

Resolução do 6º Congresso deve ajudar organizar luta da juventude

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, se reuniu no dia 6 de julho com dirigentes da juventude do PT e jovens de diversas forças políticas após a posse do novo Diretório Nacional. Gleisi propôs maior protagonismo no ativismo digital, sugerindo que Juventude do PT (JPT) cuidasse da comunicação e instagram do partido e comprometeu-se ajudar na construção do Congresso da JPT no ano que vem.

Na reunião, alguns dirigentes da CNB deram prioridade para garantir 5% do fundo partidário para JPT, pauta que Gleisi afirmou não poder cumprir agora. Para dirigentes de tendências como Democracia Socialista (DS) e Avante, que se retiraram do último Congresso da JPT em 2015, o principal era decidir sobre legitimidade da atual direção da JPT.

Sarah Lindalva, militante da corrente O Trabalho e da Juventude Revolução, destacou que “as resoluções aprovadas no 6º Congresso do PT servem de ponto de apoio para organizar a luta: Fora Temer, Diretas Já, Lula presidente com Constituinte. O ataque contra a juventude reafirma a necessidade de discutir estas reso-



luções com jovens nos diretórios. No 55º Congresso da UNE (Conune) centenas de jovens que não eram das bancadas da JPT, mas que estavam em outras como União da Juventude Socialista (UJS) e Levante Popular da Juventude, provavelmente pelo fato da JPT não ocupar o lugar que poderia, aplaudiram nossas falas com conteúdo destas resoluções. Existem problemas de avaliação sobre a direção da JPT, mas neste Conune ficou provado que quando se tem um programa comum é possível unidade na intervenção. Foi o que aconteceu quando todas as forças petistas se juntaram para defender o direito de Lula se candidatar contra a posição da UJS. Ali, ficou marcada a força que

é possível termos, ao ponto da UJS recuar. Essa mesma força poderia ser importante para organizar milhares de jovens em torno da plataforma aprovada.”.

Diversos presentes na reunião, como o secretário da JPT João Paulo Farina, destacou também a necessidade de entrar de cabeça na defesa de Lula e sua candidatura. No momento, as pesquisas indicam Lula com 48% de preferência entre os jovens (CUT/Vox Populis).

Nesta conjuntura, sem desconsiderar outros temas, se recoloca a importância da organização autônoma da juventude que pode, com suas próprias pernas, fazer suas lutas. Principalmente, agora, que tem como ponto de apoio as resoluções congressuais do PT que apontam uma saída política para o país: Lula presidente com Constituinte para anular medidas golpistas como PEC limite de gastos e entrega do Pré-sal e abrir caminho às mais profundas demandas da juventude como desmilitarização da PM, mais verbas e vagas na educação, passe livre, etc.

Correspondente

Hugo Mariano dos Santos

Eleição sem Lula é fraude!

Nos últimos dias o povo brasileiro viu um desenrolar de fatos que concentram a tragédia nacional em curso, desde a consumação do golpe.

Num Senado, que chegou a ficar às escuras a mando de seu presidente, 50 senadores, representantes de interesses patronais, aprovaram, para preservar o lucro empresarial, a contrarreforma trabalhista, um ataque brutal aos mais elementares direitos da classe trabalhadora. Dos 81 senadores, apenas 26 votaram contra a destruição da CLT!

Na Câmara Federal, deputados se oferecem, dispostos a se venderem a qualquer preço às custas de verbas e interesses públicos, para livrar a cara do golpista Temer agora denunciado. Agentes do próprio golpe, ao qual Temer, enfraquecido pela resistência popular, pode não servir mais, articulam entre si alternativas para prosseguir a pilhagem dos trabalhadores e da nação.

No Judiciário, apesar de rusgas internas, a perseguição ao PT segue em marcha batida. Moro acaba de condenar, sem provas, o companheiro Lula. Mais um passo da ofensiva, através do Judiciário, para impedir que o PT, com Lula, se concretize como alternativa de um novo governo. O companheiro João Vaccari Neto, apesar de absolvido pois fora con-

denado sem provas, segue preso em Curitiba.

A podridão que contamina o país, vem acompanhada do desmonte da democracia, da justiça e de direitos, da entrega da soberania aos interesses do capital financeiro, do acirramento da violência no campo contra os trabalhadores, da volta do país ao mapa da fome.

NEM MAIS UM DIA A PERDER, VAMOS À LUTA!

Tudo a confirmar que a cada dia mais de permanência deste governo golpista, apoiado nas instituições que patrocinaram o golpe, é uma regressão, sem precedentes, na vida do povo trabalhador do país.

A classe trabalhadora, apesar dos golpes que vem sofrendo de um Congresso e de um governo que estão aí para isso mesmo, não abre mão de lutar e resistir na defesa de suas conquistas. Depois da mobilização de 30 de junho, a CUT discute a continuidade do movimento pela greve geral, para derrotar a contrarreforma da previdência.

A disposição é de barrar novos ataques, re-

conquistar o que foi retirado e avançar novas conquistas.

Uma disposição que pede, não apenas a derrubada dos golpistas, mas a instalação de um novo governo, eleito pelo povo e capaz de devolver os direitos trabalhistas roubados, retomar para a nação o controle de suas riquezas entregue às multinacionais, como o Pré-Sal, colocar abaixo a famigerada PEC do teto dos gastos que começa a colapsar os serviços públicos.

Esta alternativa existe, e foi ela que o 6º Congresso do PT decidiu apresentar à nação.

É hora, portanto, do partido assumir plenamente esta decisão – esta é sua responsabilidade – organizando a luta. É a melhor defesa do companheiro Lula: reafirmá-lo como candidato a Presidente, saída para este descabro nacional.

Nenhum dia mais pode ser perdido. Apoiar-se na resistência dos trabalhadores e ajudá-los a avançar, livrando o país dos golpistas e das instituições podres. Foi isto que o 6º Congresso decidiu. É o que deve ser feito.

Defesa de Lula e do PT, liberdade para Vaccari Já!

Fora Temer, Diretas Já!

Lula Presidente, com Constituinte!

Vamos reunir, vamos discutir. Vamos à luta!

RECESSÃO E DEFLAÇÃO

A mídia e os economistas de bancos alardeiam a “recuperação da economia”, comemorando uma inflação negativa de 0,23% (deflação) em junho. Não há o que festejar, isto é resultado da depressão pela qual passa o país.

A recessão, que se iniciou ainda no 2º mandato de Dilma, com o ajuste fiscal de Levy, com a Lava Jato e com a alta nos juros, foi brutalmente aprofundada pelo golpista Temer. Com isso empresas suspendem investimentos e seguem as demissões em massa.

DESEMPREGO E INFORMALIDADE

O desemprego médio, estancado há um trimestre no recorde de 13,3% (14,2 milhões), só não aumenta mais pelo aumento da informalidade e das desistências na procura de emprego. No 1º trimestre de 2017, enquanto o número de postos com carteira assinada caiu 1,4%, aumentou o de trabalhadores sem carteira, autônomos, camelôs etc.

Além disso, cresce também o número de pessoas jogados para fora da força de trabalho (formal ou informal) por terem desistido de procurar emprego e dos que trabalham menos do que gostariam. A soma destes

mais os desempregados (os que procuraram emprego nos últimos 30 dias) é igual a “subutilização da força de trabalho” (o que a economia desperdiça de mão de obra). Ela cresceu de 19,3% à época do golpe (1º trimestre/2016) para os atuais 24,1%, ou seja, 26,5 milhões de pessoas. No final de 2014 (antes do ajuste Levy e da Lava-Jato) essa taxa era de 14,9%.

CORTES E MAIS CORTES

O corte do ministro Meirelles de R\$ 38,7 bilhões no orçamento federal deste ano está levando diversos órgãos a interromper suas operações e a suspender serviços à população. A Polícia Federal, por exemplo anunciou que já não há dinheiro para emitir passaportes. A Polícia Rodoviária Federal avisou que reduziu horários de atendimento ao público.

No Ministério da Educação, o corte foi de 18%. Universidades federais começam a sentir dificuldade para pagar contas básicas, como a de luz. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) trabalha com menos de 60% de funcionários necessários para o porte de sua estrutura. O recém-anunciado programa Avançar, criado na atual gestão para fomentar investimentos em obras públicas, deve morrer na largada por falta de recursos.

Memória

REVOLUÇÃO CRESCE NA NICARÁGUA E EM EL SALVADOR

Há três anos, no dia 19 de julho, caía a ditadura de Somoza. Hoje, expropriada e confiscada, a burguesia perde posições na Nicarágua. Obrigada a voltar a lutar na capital de El Salvador, a ditadura já perde o controle de regiões do país. Desmoralizados e isolados, os generais da Guatemala já têm que reconhecer que a gangrena toma seus domínios. É a revolução crescendo na América Central. Mas Reagan não desiste. (...) Foi de Honduras que partiram – com apoio oficial – as tropas de mil contrarrevolucionários somozistas que invadiram a Nicarágua há poucos dias. (...) A solidariedade, que ontem ajudou a vencer o imperialismo no Vietnã e na Indochina, hoje ajudará a vencê-lo em El Salvador e na América Central.

O Trabalho nº 160 – 13/7/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

“Não tem golpista melhor que outro”

Na posse do DN-PT, Lula descarta qualquer compromisso com a “solução Maia”

O Diretório Nacional do PT tomou posse no último dia 4 e teve sua primeira reunião no dia 5.

No ato de posse, em sua fala, Lula e também Gleisi, afirmou que “não tem golpista melhor que outro”, em relação às articulações de setores golpistas, de descartar Temer para uma “solução Maia” que garanta aprovação célere das contrarreformas (ameaçadas pela resistência dos trabalhadores). Uma posição que delimita o PT de um acordo que perpetue o golpe.

A lacuna foi a ausência, em todas as falas, da saída política para a crise, decidida no 6º Congresso: “Fora Temer, Diretas Já, Lula Presidente com Constituinte”.

Não é casual. As positivas decisões do Congresso, não resolvem todos os problemas. Dão o trilho para um caminho que está por ser feito. O DN-PT se reuniu um mês após o Congresso, sem que a Resolução de Conjuntura tivesse sido publicada.

“Pôr em prática as decisões”

Na discussão sobre a sobre a conjuntura política que abriu a reunião, a companheira Misa Boito destacou: “a principal tarefa dessa primeira reunião é colocar em prática, na rua, a resolução de conjuntura do 6º Congresso. É uma necessidade urgente para abrir a perspectiva política à luta da classe trabalhadora. As atividades em Mon-

teiro (PB) e Rio Grande (RS) foram a expressão mobilizada de um sentimento que as pesquisas confirmam, ao colocar Lula em 1º lugar. Agora é retomar, com base na decisão do 6º Congresso, as atividades de massa apresentando a alternativa de governo que pode revogar o desmonte feito pelos golpistas e avançar as reformas populares: Lula com Constituinte. A primeira medida é publicar a resolução, chamar a militância a discuti-la e começar o combate.”

O DN também discutiu a Resolução de Organização e Funcionamento do Congresso, com duas votações. Sobre os Adjuntos das secretarias da Executiva (foi decidido que ele deve ser “preferencialmente”, e não obrigatoriamente, da mesma chapa), e uma outra para facultar aos DRs a ampliação em até 1/3 dos seus membros, respeitada a proporcionalidade dos congressos estaduais.

Uma moção exigindo a libertação do companheiro Vaccari foi adotada por unanimidade.

Por fim, o DN elegeu a sua Comissão Executiva, da qual faz parte



Reunião DN-PT, 5 de julho

o companheiro Markus Sokol, indicado pela chapa “Em defesa de Lula, do PT e do Brasil”.

A composição do DN

Reproduzimos trechos da prestação de contas feita pela companheira Misa Boito sobre a composição do DN-PT.

“Cheguei à reunião do DN como suplente, posteriormente fui credenciada titular dada a ausência de uma companheira do CNB. Suplente, por que?

Tendo levado o combate de ‘unidade pela reconstrução do PT’ em cima dos 5 Pontos, e vendo a maior parte deles contemplada desde a Comissão de Sistematização que preparou o Congresso, atendemos positivamente ao chamado do companheiro Lula na véspera do Congresso - em reunião com todas as Teses-, à formação de uma chapa de unidade sobre a base do acordo para a Conjuntura, sem prejuízo da discussão de outras questões.

Logo em seguida, reunimos Sokol, Greenhalg e eu, para discutir a proposta de chapa de unidade, com três companheiros representando o CNB.

No 6º Congresso, os 19 delegados (votos) da tese ‘Unidade pela Reconstrução do PT’ nos deram direito a três membros no DN. Foi o que explicamos, sem contestação, aos companheiros da CNB. Esse direito não negociamos ou abrimos mão durante as discussões para a composição da chapa com o CNB (que, aliás, não o solicitou, nem teríamos aceito).

Entretanto, há duas semanas, fomos informados pelos negociadores da CNB, de que tinham ‘outro entendimento’, ou seja, que teríamos apenas duas vagas, sendo Misa a 2ª suplente!

Um argumento que confundia a nossa reivindicação, aí sim, de que entre os três membros (um direito, não reivindicação), no sistema de cotas, pudéssemos ter garantida pela chapa a indicação de dois homens (Sokol e

Leg) e 1 mulher (Misa). Sobre o que nos foi comunicado em seguida, que havia acordo, sem nenhuma condição (como ‘perder’ uma vaga). E terminou assim, como, aliás, foi público no PT, inclusive no site do PT no dia seguinte ao Congresso: o DAP em chapa com a CNB elegeu 3 membros, Sokol, LEG e eu, para o novo DN.

Assim, desde que fomos comunicados da subtração desse direito, os três membros eleitos recusamos o ‘entendimento’, decisão confirmada em reunião do Comitê Nacional do DAP.

Os negociadores do CNB se mostraram irredutíveis. Nem oportunidade de explicar rapidamente nosso ponto de vista na plenária do CNB aceitaram. No curso da discussão, fomos surpreendidos com a publicação unilateral no site do PT, da lista para compor o DN entregue pela CNB, na qual meu nome aparecia como 2ª suplente.

Depois de muitas tratativas, fui finalmente colocada na 1ª suplência, com a garantia de presença em todas as reuniões do DN.

O fato de que a 1ª suplência deve permitir a titularidade, se não em todas, na grande maioria das reuniões, ameniza, mas não altera a apreciação da subtração de nosso direito.

Finalizando, o Comitê Nacional do DAP decidiu manter-nos no quadro de composição do DN pela chapa comum com o CNB.

E o fazemos para incidir na concretização das Resoluções, especialmente de conjuntura, principal base política para compor a chapa.

É o que determina nosso compromisso pela reconstrução do PT.

Somos perfeitamente conscientes de que os erros e a responsabilidade neles, do grupo majoritário na direção, não foram todos sanados pelo 6º Congresso.

Nosso combate continua e é com esse mandato que estamos no DN-PT!”

Governo Pimentel cria PPP na Educação

Bancada petista vota favorável a este projeto privatizante

Em 6 de julho, foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o PL 4.135, de autoria do governo Pimentel (PT), que cria vários Fundos de Investimento, entre eles o Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas (FPP). Em coletiva à imprensa, a presidente da CUT-MG Beatriz Cerqueira, ressaltou que os profissionais da educação e o Sindicato estão preocupados com a criação de um fundo para pagar parcerias público-privadas, que entregará a gestão de escolas públicas para empresas privadas. Destacou, e com razão, que tal medida vai no sentido da “privatização do ensino público”.

A Educação tem sofrido, nos últimos dois anos, com os cortes orçamentários efetuados pelo governo mineiro e a “solução” encontrada vem na contra-mão do combate nacional contra a política de privatizações e ajuste fiscal do golpista Temer. Vem também na

contramão de medidas positivas e de resistência do governo Pimentel contra a política do governo federal, como por exemplo, a de recusar e combater o leilão de usinas da Cemig.

Em reunião do Diretório Estadual, em 8 de julho, o deputado e líder da bancada do PT, André Quintão, apresentou à direção do PT, as várias iniciativas e ações tomadas por Pimentel, mas não falou do PL 4.135. Em sua intervenção, o vereador Betão (JF), indagou o deputado e teve como resposta que, de fato, essa deveria ser uma medida submetida à discussão com o movimento sindical e popular, reconhecendo que era, no mínimo, uma medida polêmica. No entanto, é preciso que se registre, nenhum deputado do partido deixou de dar o seu voto ao PL da PPP para Educação!

Sumara Ribeiro

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



DAP PREPARA ENCONTRO NACIONAL

Reunido em 30 de junho o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista fez um balanço positivo do 6º Congresso do PT e decidiu convocar um Encontro Nacional, aberto a todos os militantes petistas, para 7 e 8 de outubro, em local ainda a ser confirmado. O Encontro Nacional terá uma grande importância, numa conjuntura de ataque concentrado dos golpistas aos direitos dos trabalhadores, que, porém, não estão dispostos

a abrir mão de suas conquistas.

Nessa situação, o papel do DAP é fundamental, como ficou demonstrado no 6º Congresso nacional do PT, que apontou o caminho da luta para a classe trabalhadora.

O Encontro Nacional deverá ser precedido de reuniões dos grupos de base e mesmo de encontros estaduais. À luta, companheirada!

DAP-SALVADOR DEBATE

Cerca de 30 militantes estiveram presentes na reunião do Diálogo e Ação Petista em Salvador, em 27 de junho, na sede do Sindpec. O debate foi sobre a conjuntura, o 6º Congresso do PT, a organi-



zação da greve geral e a organização do partido. Compareceram Antonia, da CUT-BA, Marize Carvalho, da APUB-UFBA e militantes das zonais do PT de Salvador

Lourival, do Sindpec, que coordenou os trabalhos, fez uma análise da situação política e em seguida apresentou um informe sobre o 6º Congresso do PT (estadual e nacional), destacando as principais resoluções adotadas. Sobre o PT Municipal, enfatizou a importância da organização dos militantes para encaminhar as resoluções do Congresso.

No debate que se seguiu, vários oradores falaram sobre o lugar do PT na conjuntura e a necessidade de organização da classe trabalhadora para enfrentar as “reformas” do governo golpista. No dia 22, haverá nova reunião do DAP municipal.

O DAP Salvador esteve presente no ato do 2 de julho (marca a consolidação

da independência do Brasil, quando foram definitivamente expulsas as tropas portuguesas, na Bahia) na coluna do PT, encabeçando a coluna com sua faixa.

A faixa dizia “Fora Temer, Diretas já, Lula Presidente, Constituinte Soberana”. Na coluna estiveram presentes o membro da direção nacional do PT e ex-presidente do PT da Bahia, Jonas Paulo, o presidente da CUT Bahia Cedro Silva, além de sindicalistas e jovens petistas.

O prefeito ACM Neto do DEM, aliado de Temer e que tenta aplicar “reformas” alterando a previdência, não dando reajuste aos servidores, privatizando a cidade, dentre outras medidas, foi bastante vaiado durante a caminhada e não completou o percurso (é tradicional que o prefeito complete todo o percurso).

Correspondente

DAP-DF REFORÇA ORGANIZAÇÃO

O Diálogo e Ação Petista do Distrito Federal adotou uma série de medidas no sentido de se organizar internamente e se enraizar nos movimentos da classe trabalhadora. A coordenação distrital passa a reunir-se quinzenalmente, enquanto as reuniões com responsáveis das zonais serão mensais.

O DAP fez uma avaliação positiva do 6º Congresso do PT e da atuação do agrupamento que, com seus 19 delegados num total de 595, conseguiu fazer aprovar resoluções importantes, como a Constituinte e a defesa dos petistas

perseguidos pela Lava Jato.

Foi decidido organizar campanha de filiação ao PT, com base nas resoluções do 6º Congresso. Será proposto ao diretório zonal do PT do Plano uma plenária de filiação na UnB. Além disso, o DAP fará uma campanha financeira para sua auto sustentação, com o objetivo de 100 contribuintes.

Várias reuniões foram marcadas e devem ocorrer ainda em julho: Gama, Taguatinga, Paranoá, Cruzeiro, Ceilândia, Plano Piloto e Guarã.

Correspondente

COLABOREM COM A COMUNICAÇÃO DO DAP

O Grupo de Comunicação do DAP se reuniu após a realização do 6º Congresso do PT e a partir da última reunião da Coordenação Nacional do DAP para uma breve avaliação das atividades de comunicação desde a sua constituição.

A primeira observação foi reconhecer que o DAP passou a interagir nas redes sociais com maior presença e vigor. O site Militantes pela Reconstrução e a página no Facebook ajudaram para que isso acontecesse. A produção de matérias, artigos de opinião, memes, vídeos e demais peças informativas viralizaram nas redes e permitiram que muitos militantes petistas conhecessem as propostas do DAP, simpatizassem com elas e fizessem a discussão política que muitas vezes falta nas reuniões do PT.

Tendo no horizonte os Encontros Estaduais e o Encontro Nacional do DAP, o

Grupo de Comunicação quer fortalecer a atividade de comunicação, aumentando a colaboração dos estados e grupos de base do DAP para a produção de notícias específicas de suas lutas locais, artigos de opinião de colaboradores e a atividade de compartilhamento massivo de todos os materiais que o grupo produza no sentido de mostrar ao partido a aplicação de uma prática política que uma o partido na aplicação das resoluções do 6º Congresso.

Pedimos aos companheiros dos estados que enviem artigos de opinião ou notícias sobre suas lutas locais, reuniões de base, seminários ou encontros, entrevistas ou declarações das lideranças que participarem dessas atividades, além de fotos. O endereço para envio é comunicadap@googlegroups.com.

GOVERNO DO PT PRIVATIZANDO?!



bem entender com seus funcionários. A tendência é a demissão em massa, como ocorre nos vários serviços públicos privatizados.



A prática da AEGEA já ficou clara antes mesmo de vencer a licitação: funcionários da empresa invadiram uma Estação de Tratamento de Água (ETA) com seguranças privados armados, coagindo trabalhadores, para obter informações do patrimônio da empresa pública AGESPISA, como denunciou o sindicato dos urbanitários do Piauí, filiado à CUT e que promove uma ampla campanha contra as privatizações.

A militância do PT precisa reagir e exigir uma mudança de política em relação ao saneamento e demais serviços públicos: nenhum direito a menos, nenhuma demissão, nenhuma privatização.

Hamilton Rocha

Plenárias estaduais da CUT apontam greve geral em agosto

Debates revelam grande disposição de luta nas bases da central

Neste início de julho ocorreram as plenárias estaduais da CUT em Alagoas, Bahia, Maranhão e Mato Grosso. Em todas elas foi registrado o centenário da Revolução Russa e da primeira Greve Geral ocorrida no Brasil em 1917 (ver na página 10).

Seus delegados e delegadas, além de discutir a conjuntura difícil que a classe trabalhadora atravessa no Brasil e no mundo, também debateram emendas apresentadas aos pontos de Estratégia e de Plano de Lutas do Texto Base da CUT nacional.

Essas plenárias puderam avaliar a mobilização de 30 de junho, “Vamos parar o Brasil”, eixada no combate à contrarreforma trabalhista, identificando os obstáculos levantados por outras centrais, como a Força Sindical, que não mobilizaram para a data, priorizando a busca de um acordo com o cadáver político que é o governo

Temer. Balanço necessário para abordar os desafios de mobilização para o próximo período (ver pag. ao lado).

As emendas do agrupamento “Em defesa da CUT independente e de Luta” (CIL) ao Texto Base foram adotadas em três dessas plenárias (AL, BA e MT). As mesmas plenárias elegeram, na sua delegação para a Plenária/Congresso nacional extraordinário da CUT de agosto, companheiros identificados com a CIL (2 de AL, 2 da BA e 1 do MT).

Greve geral em agosto

Dentre as emendas aprovadas, destacamos a que, a partir do balanço da mobilização de 30 de junho, propõe “retomar o movimento de preparação de uma greve geral prá valer no início do 2º semestre, quando se prevê a votação do desmonte da Previdência”.

Ouvida por nosso jornal, a presi-

dente da CUT Alagoas, Rilda Maria Alves, declarou: “Agora é socializar as discussões e resoluções para cada trabalhador e cada trabalhadora na base para fortalecer a classe trabalhadora que é fundamental para derrotarmos este poder e enterrar de vez estas reformas”.

Já o presidente da CUT Mato Grosso, João Dourado, nos disse: “Foi uma estratégia fundamental chamar uma Plenária/Congresso nesse momento de retirada de direitos. Reafirmamos o protagonismo da CUT na busca por uma unidade da classe trabalhadora e também a continuidade da luta chamando a próxima greve geral, eleições diretas e a Constituinte”.

Seguiremos, nas próximas edições, acompanhando as plenárias estaduais que ocorrem ao longo deste mês de julho.

Correspondentes

Engajar o Andes na luta por Diretas Já!

Reforçar a luta unitária contra o golpe

No fechamento desta edição, começa o 62º Conselho do Andes-SN (CONAD). A questão central segue sendo a de engajar o sindicato nacional dos docentes universitários na luta unitária contra o golpe e suas consequências.

Sim, pois a posição passiva da atual direção do Andes diante do golpe de 2016, alinhada à da CSP-Conlutas, continua criando dificuldades na mobilização da base para derrotar as contrarreformas trabalhista e da Previdência.

Uma dimensão do mesmo problema é a recusa da direção de colocar no centro da atividade do Andes a luta pelas reivindicações imediatas da categoria, como as questões do salário e da carreira.

No último congresso do Andes (fevereiro de 2017, Cuiabá), foi dado um passo para romper com o isolamento e a política divisionista da direção do sindicato. A esmagadora maioria dos delegados, então, aprovou o apoio à paralisação nacional de 15 de março convocada pela CNTE e pela CUT. O que foi possível pela intervenção de delegados identificados com o Fórum Renova Andes. Decisão que também ajudou no engajamento do Andes na greve geral de 28 de abril.

Mas problemas persistem. Depois de, com meses de atraso, adotar o “Fora Temer”, a direção do Andes ainda não entrou na luta por Diretas já, mais uma vez repercutindo as posições da CSP-Conlutas.

“Renova Andes”

Os delegados e observadores eleitos ao 62º CONAD com base no texto de conjuntura do “Renova Andes” batalharão para que sindicato, se opondo às contrarreformas de Temer, entre na luta por Diretas, abrindo também a discussão sobre a necessidade de uma Constituinte e do direito de Lula apresentar-se como candidato a presidente.

Além disso, insistirão na necessidade de uma verdadeira campanha salarial nacional, mais vital ainda quando lembramos os efeitos da Emenda Constitucional 55 que congela os gastos públicos por 20 anos.

No CONAD, o Fórum Renova Andes tem previstas reuniões para aprofundar a sua organização e viabilizar uma chapa nacional para disputar a direção do Andes-SN nas eleições previstas para maior de 2018.

Eleições nos municipais de Florianópolis

Chapa cutista “Unidos vamos à luta” em campanha

Nos dias 2 e 3 de agosto ocorrem eleições para a diretoria do Sintrase (sindicato dos servidores municipais de Florianópolis).

Três chapas disputam; a Chapa 1 (da atual direção, ligada à corrente “Esquerda Marxista” do P-SOL); a Chapa 2, Unidos Vamos à Luta (composta por companheiros de OT, ArtSind, MS e independentes) e a Chapa 3 (ligada à Conlutas e PCB).

O Sintrase é filiado à CUT, mas sua atual direção (EM) afastou qualquer possibilidade de chapa com as demais correntes da central.

Agrupando todos os demais setores cutistas com intervenção na categoria, a Chapa 2 – Unidos vamos à luta – foi construída democraticamente a partir de reuniões na base e com um programa de organização dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

O encabeçador da Chapa 2, René Munaro, declarou a nosso jornal que: “A base do nosso programa está na defesa dos serviços públicos, valorização das nossas carreiras e na unidade dos trabalhadores por nenhum direito a menos! Nossa chapa é composta por militantes que já estiveram na direção do Sintrase e por novos militantes. Uma chapa democrática, aguerrida, de linha de frente, que combina juventude e experiência, que conhece e respeita a nossa história, com capacidade de trilhar o caminho das vitórias



Em greve, trabalhadores da Comcap depositam lixo em frente à Câmara Municipal

e conquistas para toda a categoria. Venha conosco nesta caminhada! Queremos o seu apoio porque juntos lutamos melhor e juntos somos mais fortes. Unidos vamos à luta!”

COMCAP sofre ataque

O prefeito Gean Loureiro (PMDB), que no início do ano enfrentou uma greve de 38 dias e foi obrigado a reverter uma tentativa de retirar direitos da categoria, voltou a atacar os servidores.

Ele enviou projeto de lei (PL) à Câmara Municipal para transformar a COMCAP (empresa pública de coleta de lixo) em autarquia. Há anos os prefeitos aplicam uma política de desmonte da empresa, com objetivo de privatizá-la, mas a resistência dos

trabalhadores até aqui tem barrado.

Os trabalhadores em greve exigem a retirada desse PL na luta por uma COMCAP 100% Estatal, além de reivindicar a realização de novos concursos e a compra de novos caminhões e equipamentos.

Em 11 de junho, a Câmara aprovou regime de urgência para aprovar o PL, com o voto favorável do vereador do P-SOL, Renato da Farmácia, que deu uma bela ajuda ao prefeito Gean.

A Chapa 2, por seu lado, está ombro a ombro com os trabalhadores da COMCAP para derrotar mais esse ataque da prefeitura.

Correspondente

Eudes Baima

“Mercado” impõe desmonte de direitos trabalhistas no Senado

A luta continua, agora pela revogação do PLC 38 e contra desmanche da Previdência

Na noite de 11 de julho, após mais de 7 horas de interrupção da sessão que votava o desmonte da CLT (PLC 38), provocada pelas senadoras que ocuparam a mesa exigindo uma verdadeira discussão, o Senado aprovou por 50 votos contra 26 (uma abstenção) o texto vindo da Câmara sem qualquer alteração (ver matéria abaixo).

Durante o dia, em vários pontos do país, houve manifestações e vigílias promovidas pela CUT e movimentos populares denunciando o crime contra os direitos trabalhistas que a maioria dos senadores iria cometer. Destaque para os mais de 10 mil metalúrgicos do ABC que bloquearam a Via Anchieta pela manhã (foto).

Em Brasília, enquanto dirigentes da CUT, CTB, Intersindical e Nova Central eram impedidos de acompanhar a sessão, cerca de 1.500 sindicalistas fizeram marcha pela Esplanada, boa parte entidades cutistas, como o Sindsep-DF, ficando em vigília diante do Senado até o final da votação.

Mas, a mobilização em 11 de julho ficou aquém da importância do que estava sendo votado. Como explicar?

Divisão e hesitação enfraquecem 30 de junho

Em 5 de junho, as centrais sindicais indicaram greve geral em 30 de junho, para incidir na votação da “reforma” trabalhista. Entretanto (ver OT 809), dirigentes da Força Sindical, UGT e CSB - por sinal ausentes do dia 11 em



Metalúrgicos do ABC fecham via Anchieta em 11 de julho

Brasília - iniciaram negociação com o governo para que Temer editasse Medida Provisória (MP) ou vetasse pontos da “reforma”, sem mexer no seu centro que é o “negociado sobre o legislado”, abandonando na prática a luta contra o PLC 38.

Também houve hesitação da direção da CUT e de outras centrais em manter a greve geral em 30 de junho. A CUT só a confirmou em sua executiva ampliada do dia 22. Na reunião das centrais de 23 de junho, quando já estava clara a sabotagem da Força Sindical e suas aliadas, manteve-se o 30 de junho com o slogan “Vamos parar o Brasil”. Mas já não havia base comum para a mobilização, pois enquanto a CUT e outras centrais chamavam a derrotar a “reforma trabalhista”, a Força Sindical a negociava com Temer.

O resultado foi que a mobilização de 30 de junho foi bem menor que a greve geral de 28 de abril. O que leva a questionar se a CUT não deveria ter rompido com uma falsa unidade e

denunciado o jogo de gente como o Paulinho da Força.

É certo que uma nota de Vagner Freitas de 6 de julho reafirmou que a CUT não estava negociando com Temer, que era a Força Sindical que o fazia, mas o 30 de junho já tinha passado e o 11 de julho estava em cima. Uma lição que fica para o futuro imediato.

Preparar greve geral para agosto

Numa situação imprevisível quanto ao destino de Temer, os capitalistas e especuladores exercem diretamente sua pressão sobre a maioria corrupta e reacionário do Congresso. Após comemorar a aprovação do PLC 38, continuarão a fazer isso, com Maia ou outro qualquer na presidência, para que se aprove a PEC 287 de desmonte da Previdência em agosto. Eles estão defendendo os seus interesses de classe ao liquidar nossos direitos.

Cabe à CUT e demais organizações da classe trabalhadora – como o PT – preparar desde já uma nova greve

geral para derrotar a PEC 287 que vai ao plenário da Câmara na volta do recesso parlamentar.

Desta vez propondo a unidade de ação sobre bases concretas: derrubada da “reforma” da Previdência e a revogação da “reforma” trabalhista. Sem esse conteúdo não pode haver “unidade” entre as centrais, a não ser como um engodo que semeará confusão e enfraquecerá o movimento. A luta continua!

Julio Turra

OIT condena “reforma” trabalhista

O que o Senado aprovou viola convenções internacionais

Às vésperas da votação da “reforma” trabalhista no Senado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmou que o Brasil iria desrespeitar convenções internacionais com a sua aprovação.

A OIT respondeu, em 10 de julho, à consulta feita pela CUT e outras cinco centrais sindicais brasileiras durante a conferência anual do órgão, realizada em junho em Genebra (ver OT 809), através do documento assinado pela diretora do Departamento de Normas Internacionais do Trabalho, Corinne Vargha.

Nele pode-se ler que “a adoção de um projeto de lei que reforma a legislação trabalhista deveria ser precedida por consultas detalhadas por interlocutores sociais do país”, o que não ocorreu com o PLC 38. Depois são listadas as convenções que estariam sendo desrespeitadas: as de número 98 (convenções coletivas), 151 (negociação coletiva para servidores públicos), 154 (promoção da negociação coletiva) e 155 (segurança e saúde dos trabalhadores).

O documento destaca que “os Estados membros têm a obrigação de garantir, tanto na lei como na prática, a aplicação efetiva dos convênios ratificados, motivo pelo qual não se pode validamente rebaixar por meio de acordos coletivos ou individuais a proteção estabelecida nas normas da OIT ratificadas e em vigor em um determinado país”.

Direitos liquidados

Sessão é interrompida, mas Senado acata ordem do capital

No início da sessão que votaria o PLC 38 que rasga a CLT, as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fátima Bezerra (PT-RN), Lídice da Mata (PSB-BA), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ocuparam a mesa do Senado. Mais tarde juntou-se a elas a senadora Katia Abreu (PMDB-TO).

O presidente da casa, Eunício de Oliveira (PMDB), mandou desligar microfones e a luz do plenário, enquanto dirigentes sindicais eram atacados pela segurança do Senado com empurrões, tapas e até arma de choque para impedi-los de entrar no recinto. Após a interrupção, a sessão foi restabelecida e a maioria do Senado aprovou, sem qualquer emenda, o PLC 38.

Alguns dos pontos que liquidam direitos

Negociado prevalecer sobre o legislado: o resultado de negociações entre patrões e trabalhadores ao nível da empresa poderá sobrepor-se ao que está estabelecido em lei (CLT).

Grávidas e lactantes: permite que mulheres grávidas ou que estejam amamentando, trabalhem em lugares insalubres (produtos químicos, biológicos, radiação, calor, ambiente hospitalar) de grau médio e mínimo. Só ficará proibido o grau máximo.

Assédio moral e sexual: será precificado de acordo com a condição social da vítima. Caso esse crime seja cometido pelo patrão, a vítima será indenizada de acordo com o salário que recebe. As trabalhadoras que ganham menos, ficarão assim como as mais vulneráveis.

Trabalho de 12 horas seguidas por dia: o trabalhador poderá passar a ter jornada de 12 horas e descanso de 36 horas através de negociação, quando a legislação estabelece jornada máxima de 8 horas.

Trabalho intermitente: o trabalhador passará a não ter vínculo com a empresa e nem horário certo, ficando à disposição do patrão e só recebendo as horas trabalhadas. Se a empresa não quiser mais os seus serviços, não haverá rescisão de contrato, portanto não haverá férias e décimo terceiro proporcionais. Cabe ao patrão convocar ou não o trabalhador para desempenhar as funções que julgar necessárias, pelo número de dias que quiser e pagando apenas as horas trabalhadas.

João B. Gomes

Não há o que negociar com os golpistas

Fora Temer, Fora Maia!

No momento em que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota o parecer que aceita a denúncia da Procuradoria Geral da República para o STF julgar o usurpador Temer por corrupção, as cartas estão postas na mesa.

Entre os golpistas, há setores que acham que Temer não será capaz de seguir as reformas, especialmente a da Previdência, nem o conjunto de duros cortes e ainda mais privatizações (Petrobras e Banco do Brasil, por exemplo, como acaba de propor o ex-ministro e banqueiro Armínio Fraga), que querem fazer. Temer está desmoralizado, é odiado, como revelam as pesquisas e, na perspectiva de eleições, há parlamentares golpistas temerosos por sua sorte. Parte deles, já se alinha com a “solução” Maia, tirar Temer para processá-lo por até 180 dias, deixando Maia governando e fazendo as reformas das quais é historicamente o DEM ainda mais “convicto” do que Temer PMDB.

Daqui até lá, se der certo, ele fica. Se não der, ou volta Temer “absolvido” no STF, ou melhor, se faz uma eleição indireta com Maia presidente, negociado até com “partidos de esquerda”, como propôs o PSDB ao PT. E poderia aceitar o “pragmático” PCdoB. O PSDB, em particular, está bastante dividido nisso, parecendo ser a carta da maioria, porque foi indicado por quem distribui as cartas, o “mercado”, principalmente financeiro.

Mas há também setores golpistas que não veem um nome popular capaz de injetar autoridade ao cargo, muito me-



Como disse a presidente do PT, Gleisi, “Temer e Maia são farinhas do mesmo saco”

nos Maia, e temem perder o já precário controle da situação em face uma onda inevitável de mobilização popular. E também porque a degola de Temer seria a antessala do julgamento de dezenas, senão centenas de parlamentares, governadores, ministros e prefeitos, no andar da Operação Lava-Jato, ao passo que a manutenção de Temer poderia, esperam eles, “estancar a sangria”.

Para tanto, os partidos PMDB, PP, PR e PSD aprovaram o fechamento de questão contra a denúncia de Temer em plenário, onde precisará do voto de um terço dos presentes para bloquear a denúncia. E mais de 20 vagas de nervosos deputados já foram trocadas na CCJ, algumas várias vezes, tamanha é a desconfiança e o toma-lá-dá-cá.

Acabar com a podridão

Escolher entre Maia ou Temer, é escolher entre morrer afogado ou asfixiado, deixando de pé as

falidas, podres e cambaleantes instituições da República.

A alternativa não é negociar

um espacinho com os golpistas, uma margem ou uma boquinha mesmo, para sobreviver nesta podridão. O povo abandonará quem seguir este caminho.

Mais do que nunca, a única alternativa é a mobilização popular contra as reformas dos golpistas. E com essa base popular, consolidar a candidatura de Lula a presidente em eleições diretas, o quanto antes melhor, para que um novo governo convoque uma Constituinte que anule as medidas dos golpistas e abra caminho às reformas populares, agrária, urbana, política e do judiciário, entre outras.

GLEISI A TASSO: “NÃO PRECISA NOS CHAMAR”

Na quinta-feira, 6, o presidente interino do PSDB, Tasso Jereissati, propôs o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), para encabeçar a “travessia” para 2018 como substituto de Temer. E acrescentou “eu acho que o ideal é envolver todos os partidos, inclusive os de esquerda”.

Mas na sexta, 7, a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, declarou que “Rodrigo Maia é tão ruim quanto Michel Temer, é farinha do mesmo saco, daquele pessoal que deu o golpe, tirou a presidente Dilma, e mais do que isso, está patrocinando os retrocessos contra a classe trabalhadora. Nós não vamos aceitar dizer que isso é uma transição. É ‘fora, Maia’ também”, disse Gleisi.

“Nós não vamos aceitar, portanto não precisam nos chamar para conversar. A oposição, o PT, não estará em uma mesa de conversa como essa. Só tem um jeito de consertar o País, é tirar Temer e fazer eleição direta”.

Segundo o Estadão (07/07), o senador petista Jorge Viana (AC) tem participado de encontros com o PSDB sobre como seria o cenário “pós-Temer”, onde atua “individualmente”, e não de maneira partidária.

Aonde vai o PCdoB?

Com Lula ou com Maia, de frente ampla ou união nacional, não se sabe

No bojo da crise política, é de se perguntar que saída para a crise propõe o PCdoB. Na imprensa, aparece mais de um sinal de proximidade com Rodrigo Maia (DEM), quem apoiaram entusiasticamente para presidente da Câmara no começo do ano.

Valter Sorrentino, vice-presidente e porta-voz, declara a solidariedade do partido ao direito de Lula à candidatura. Mas defende uma “frente ampla” que contorna a questão final do candidato. Conclui um artigo de orientação (site Vermelho) propondo “um novo programa e uma reconfiguração da esquerda progressista em Frente Ampla pela retomada do desenvolvimento soberano, pelos direitos do povo e pela restauração da democracia no país. Nomes de candidatos derivam disso e haverá hora apropriada para debatê-los”.

Aqui, Lula ou outro nome, deveria

aguardar a “reconfiguração da esquerda”, seja lá o que isso quer dizer, para ser “debatido”. Não parece que a campanha Diretas-Já nem a brutal crise política em si, peçam uma resposta clara e urgente.

Mas ao mesmo tempo, Aldo Rebelo, o ex-presidente da UNE e ex-ministro pelo PCdoB, lançou um “Manifesto pela União Nacional” (07/07) para adesões. O jornal Valor foi direto ao ponto, avaliando que se “diferencia do formulado pelo ex-ministro Bresser Pereira, por exemplo, (que) é restritivo, atribui ao impeachment o caráter de um golpe”, ao contrário da “união nacional” de Aldo. Este, seria candidato a vice de Maia numa eleição indireta a presidente, talvez pela legenda do PSB.

E, de fato, Aldo lança pontes, mais que pinguelas, para um acordo com Maia. “Não há como se negar”, diz o manifesto de Aldo, “que o Brasil

precisa de reformas que corrijam distorções, eliminem privilégios corporativos, facilitem a empregabilidade e o funcionamento da economia”. É a defesa escancarada das contrarreformas! Onde, acrescenta, “todos precisam abrir mão de alguma coisa”, o argumento de sempre para tirar o pouco que o trabalhador tem.

Tal manifesto deve ser rechaçado em todo movimento sindical, popular e democrático!

Não é o que faz Sorrentino.

Ele polemiza (site Vermelho, 11/7) com um artigo (Ion de Andrade) crítico de Aldo Rebelo, que questiona se o seu manifesto “poderia exprimir uma chance real de enfraquecimento do entreguismo ou se apenas fortaleceria o golpe dando-lhe renovada legitimidade”. Sorrentino responde que não, que ele “pode abrir caminho para a superação da crise atual, unindo amplas forças para retomar

o caminho da construção do projeto nacional”. Uma forma de apoiar Aldo!

Repúdio!

O PCdoB tem acompanhado a bandeira das Diretas-Já e a luta contra as “reformas” da Previdência e Trabalhista, mas em geral resiste a adotar a bandeira da Constituinte, isto é, da ruptura com as instituições podres do Estado brasileiro.

Nós desconhecemos os meandros da opaca vida política do PCdoB, partido de origem stalinista sem direito de tendências, por exemplo.

Mas nós sabemos ler português e lançamos um alerta a esta armadilha de manifesto de união nacional com o golpismo que não deve ser assinado, deve ser repudiado..

Markus Sokol

Condenação de Lula é cassar o direito do povo escolher!

Perseguição de Moro visa impedir a candidatura Lula a presidente

O juiz Sergio Moro, office boy do Departamento de Estados dos EUA, condenou, nesta quarta-feira (12), o ex-presidente Lula a nove anos e seis meses de prisão, no caso do triplex do Guarujá.

Moro condenou Lula, mas não decretou sua prisão, o que para ele só deveria ocorrer se o Tribunal Regional Federal da 4ª região confirmar sua sentença, confirmação que implicaria em impedir Lula de ser candidato.

Moro argumentou que a prisão poderia “envolver certos traumas” e que “a prudência recomenda que se aguarde o julgamento pela Corte de Apelação”. Uma “prudência” - pois teme a reação contrária à prisão - de quem quer seguir no objetivo principal desta perseguição a Lula, através de uma farsa jurídica, que é retirar seu direito ser candidato e voltar à presidência o que, aliás, é a possibilidade que indicam as sondagens de intenção de voto para presidente feitas. Daí que, na condenação, Moro, extrapolando seus poderes, proíbe Lula de ocupar cargos públicos por 19 anos!



Av. Paulista, 12 de julho, 19 horas, manifestação em defesa de Lula

Não adiantou a defesa desmontar todas as acusações de que Lula era o dono do apartamento. Não adiantou que o depoimento de Lula em Curitiba - acompanhando de milhares que vieram de todo Brasil, mobilizados em sua defesa - só corroborou a farsa que se montava.

Julgamento conduzido pela política

Sem provas, e contra todas as evidências, Moro deu sua sentença de condenação porque tinha que dar. Era o que estava escrito no script político ditado

por interesses poderosos.

São esses interesses que escreveram a sentença assinada por Moro ao condenar Lula pelos “crimes por ele praticados”, crimes que não foram provados!

Como disseram, em nota, os advogados de defesa de Lula, depois da publicação da sentença, “O julgamento prova o que argumentamos o tempo todo - que o juiz Sergio Moro e a equipe do Ministério Público na Lava Jato foram conduzidos pela política e não pela lei.”

Duas semanas depois que o TRF

da 4ª região absolveu Vaccari, ex-tesoureiro do PT, da condenação, por Moro, a 15 anos de prisão, com base no argumento que só a delação, sem provas não é suficiente para condenar, o mesmo Moro condena Lula, só com base em delação, sem provas!

O PT afirma que “A condenação de Lula é mais um capítulo da farsa capitaneada pelo consórcio golpista que assumiu o País para suprimir direitos sociais e trabalhistas, ampliar o tempo para as pessoas se aposentarem, cortar gastos essenciais em Saúde e Educação e, principalmente, vender empresas estatais importantes como a Petrobras, a Infraero, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil”. A presidente Gleisi, em nota, chama a mobilização. Atos e vigílias já começam a ocorrer pelo país.

Afirmar a candidatura Lula Presidente, com a palavra de ordem “Eleição sem Lula é fraude!”, é a tarefa da hora, no combate ao golpe e ao Judiciário manietado pelos interesses imperialistas.

Misa Boito

Absolvido, Vaccari continua preso

PT-SP decide fazer campanha por sua liberdade

Depois que o ex-tesoureiro petista João Vaccari foi absolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), numa decisão que derrubou a sentença de condenação a 15 anos de prisão dada por Sérgio Moro, o juiz tenta novamente atropelar a Justiça. Em relatório de esclarecimentos dirigido ao TRF-4, Moro afirma que Vaccari “roubava” para o PT e manifesta-se pela manutenção da prisão do petista.

Existem outras três condenações de Vaccari, mas, como explica seu advogado, Luiz Flávio Borges D’Urso, a única prisão preventiva decretada dizia respeito ao processo no qual ele foi inocentado. Moro quer mantê-lo encarcerado por ter pedido, em certo momento, a extensão daquela prisão.

De acordo com a legislação, “a prisão preventiva nada tem com o mérito da causa ou com a eventual culpa do acusado, mas sim com o interesse processual, nas hipóteses restritas que a lei autoriza”, afirma D’Urso. Se já houve absolvição, logicamente deixa de haver razão para a prisão preventiva.

Moro parece incomodado, já que o TRF-4 absolveu Vaccari com base no

fato de que a sua sentença tinha como único fundamento palavras de delator. Não havia nenhuma prova dos supostos crimes. E esse é o método que o Ministério Público Federal (MPF) e Moro usam para tentar condenar todos os petistas!

O juiz ainda teve a desfaçatez de condenar Vaccari pelo crime de associação criminosa, quando o MPF nem havia pedido sua condenação por esse motivo. O relator do TRF-4, único voto a manter a condenação dada por Moro, atribuiu isso a mero “lapso” do magistrado.

Vaccari deve ser solto, para responder em liberdade às outras acusações, sobre as quais sua defesa já apresentou recurso.

Moção aprovada pelo Diretório Nacional do PT afirma: “Vaccari foi absolvido porque contra ele não há uma prova sequer, nem nesse e nem nos outros processos nos quais é réu, e a manutenção de sua prisão se dá única e exclusivamente por ser ele um quadro histórico do PT”.

O Diretório Estadual do PT-SP, que aprovou texto com o mesmo teor, acrescentou: “O PT de São Paulo se mobilizará e fará campanha pela liberdade do companheiro João Vaccari”.

Cadê o dinheiro da JBS para Lula e Dilma?

Farsa da “conta-corrente” na Suíça é desmentida

A mídia tratou com grande estardalhaço, em maio, uma parte da delação do empresário Joesley Batista, da JBS, a respeito da existência de uma espécie de “conta-corrente” na Suíça, em nome de Lula e de Dilma Rousseff, que teria atingido o valor de US\$ 150 milhões em 2014. O ridículo da denúncia era evidente desde então, já que, segundo a história contada, quem detinha o controle do dinheiro e das senhas bancárias era o próprio empresário.

Uma conta que os beneficiários não podem movimentar? E que fica sob a guarda justamente da pessoa que revelou a sua existência? Havia até a descrição de uma cena em que Joesley teria falado com Lula a respeito de doações da JBS e “o ex-presidente olhou nos olhos do depoente, mas nada disse” (“Estadão”, 19/5). Só faltou inventar uma fala de Lula.

Mesmo assim, o “Jornal Nacional” dedicou vários minutos ao tema, e os jornais e emissoras de rádio repercutiram a notícia.

Nos últimos dias, surgiu a informação de que Joesley prestou novo depoimento à Polícia Federal, do qual se conclui que a tal conta era na verdade... de Joesley. A nova

versão do empresário, segundo nota publicada por um blogueiro de “O Globo”, é a de que transferia doações eleitorais para o PT a partir daquela conta, usada também para pagar despesas pessoais suas.

Mas não espere ver essa novidade estampar as manchetes ou ser alardeada pela Rede Globo.

No dia 11, em outro processo, o Ministério Público Federal (MPF) pediu o arquivamento de inquérito, em Brasília, que apurava a denúncia de obstrução da Justiça cometida por Lula, por supostamente articular senadores para agir contra a Operação Lava Jato. O procurador da República do Distrito Federal Ivan Cláudio Marx afirma que o ex-senador Delcídio do Amaral pode ter citado Lula “para aumentar seu poder de barganha” no acordo de delação premiada que negociava. Por isso, seu depoimento perde credibilidade como prova. Mais uma notícia destinada a desaparecer rapidamente da mídia, como todas as que desmentem as acusações difundidas contra o PT e os petistas.

Cláudio Soares

As “jornadas de julho” e a repressão aos bolcheviques

Tentativa de insurreição precipitada leva Kerensky à cabeça de governo da contra-revolução

Em 2 de julho (1), o ministro da Guerra do governo provisório, Kerensky, anuncia oficialmente o fracasso da ofensiva militar. Como vimos anteriormente, ela foi inviabilizada pela recusa dos soldados, apoiados pelo povo, de partir para o “front”. No mesmo dia, os quatro ministros cadetes (2) se demitem do governo, alegando falta de firmeza de Kerensky.

Em 3 de julho, o 1º regimento de metralhadoras, baseado no bairro operário de Vyborg, desfila armado com uma grande faixa estampando “Todo o poder aos soviets”. Milhares de operários se juntam aos soldados e nova manifestação é convocada para o dia seguinte.

Os bolcheviques, que não haviam convocado tal manifestação, reúnem-se em conferência no mesmo dia 3. A posição de Lenin é que era prematura a tomada do poder, pois a influência dos bolcheviques, forte em Petrogrado e Moscou, devia ainda estender-se a todo o país. Muitos operários bolcheviques não compreendem e pensam que a direção hesita. Alguns chegam a sair do partido e juntar-se aos anarquistas.

A manifestação dirige-se ao palácio Táuride, sede do soviets central. Trotsky vai a ela e fala aos manifestantes que o aclamam. A exigência de “Todo o poder aos soviets” domina a multidão e uma delegação é nomeada para levá-la à direção do soviets.

Em 4 de julho, os marinheiros de Kronstadt (3) marcham por Petrogrado em direção ao palácio Táuride, acompanhados por colunas de operários. Mas, ao contrário do dia anterior, em que não houve confrontos, a manifestação é dissolvida numa grande confusão. O governo provisório envia tropas de cossacos que atiram contra os manifestantes. O balanço é de 40 mortos e mais de 100 feridos.

Em 5 de julho, a conferência dos bolcheviques decide usar a influência do partido para colocar um freio à insurreição em curso. Trotsky, tal como Lenin, insiste que se o poder fosse tomado, deveria o ser em nome dos soviets, mas que isso ainda não era possível, pois seus dirigentes conciliadores não queriam exercê-lo.

No mesmo dia 5, milhares de operários de Petrogrado, dentre eles muitos bolcheviques, prosseguem as manifestações armadas junto com



À esquerda Kerenski que toma a frente do terceiro governo de coalizão com uma maioria de “socialistas conciliadores”. À direita, o general Kornilov que se prepara para esmagar, pela violência militar, os setores mais avançados do povo russo, os soviets, os bolcheviques

unidades sublevadas do Exército. A influência dos militantes mais sólidos evitou o pior e permitiu uma retirada organizada.

Os dias 3, 4 e 5 (as “jornadas de julho”) deixam lições importantes. As manifestações começam contra a opinião da direção bolchevique, mas o partido orienta seus militantes a nelas participar, tanto para não abandonar operários e soldados à sua própria sorte, como para tentar freá-las e protegê-las do esmagamento.

Repressão aos bolcheviques

A violenta repressão de 4 de julho, levou Kerensky a tentar liquidar os bolcheviques. Uma violenta campanha de calúnias havia sido lançada desde o governo e meios contrarrevolucionários: Lenin seria um agente da Alemanha, que teria financiado o seu retorno à Rússia em abril, e com ele todos os bolcheviques eram “agentes do inimigo”.

Uma provocação grosseira, mas que semeou dúvidas e desmoralização junto a operários e soldados. Em poucos dias os efetivos do partido bolchevique diminuíram e até mesmo, quando citado em algum comício, o nome de Lenin é vaiado.

Os locais dos bolcheviques são invadidos e saqueados, sua imprensa é proibida, as prisões se sucedem, como as de Trotsky e Kamenev (Lenin havia se refugiado na Finlândia) e outros 150 quadros. Mas os bolcheviques estavam preparados, tinham locais clandestinos e a “Pravda” foi substituída por folhetos e depois por outro jornal “legal”. Muitos mi-

litantes passam à clandestinidade e utilizam as redes ilegais do partido preservadas desde fevereiro. Duramente golpeado, o partido prossegue sua atividade.

A repressão golpeia também os regimentos militares, com os oficiais levantando a cabeça e desafiando as decisões dos soviets de soldados.

24 de julho: Kerensky à cabeça do governo

Em meados de julho, Kerensky provoca uma crise no governo provisório, apoiando-se na demissão dos quatro ministros burgueses. Ele quer reforçar o regime e manter a Rússia na guerra imperialista. Para tanto precisa do apoio dos socialistas conciliadores (mencheviques e socialistas revolucionários-SR).

No novo governo, que assume em 24 de julho, os “socialistas” são majoritários, com o menchevique Tseretelli como ministro do Interior (segurança do Estado). Kerensky é

o presidente e acumula também o ministério da Guerra. Antes mesmo de sua formação, duas decisões do governo anterior já mostravam o caminho a ser seguido: em 12 de julho foi restabelecida a pena de morte no Exército e Marinha, no dia 18 foi nomeado o general monarquista Kornilov, que já havia proposto seus serviços em fevereiro e abril para esmagar a revolução, como chefe das forças armadas.

Assim, o novo governo provisório é organizado como instrumento da contra-revolução. Kerensky empurra o mais à direita possível esse governo, mas o movimento das massas se orienta para a esquerda.

Não só para os operários e soldados mais avançados, mas para as amplas massas do povo russo, fica claro que as reivindicações de “Paz, Terra e Pão” não serão atendidas por esse governo, que será preciso transferir todo o poder aos soviets.

É exatamente o que dizem os bolcheviques em toda a parte. Quatro meses depois da derrota das “jornadas de julho” virá a vitória de Outubro.

Notas

1. Esta parte 6 da série sobre a Revolução Russa está baseada na compilação feita por Serge Sebban e François Péricard para o jornal “Informations Ouvrières” n° 460. As datas são todas do “antigo calendário” da Rússia, defasado em 13 dias a menos em relação ao calendário atual.
2. Cadetes, abreviação de Partido Constitucional Democrático (KD), principal formação burguesa na coalizão.
3. Kronstad, fortaleza da marinha russa na ilha do mesmo nome no Mar Báltico, seus marinheiros eram muito populares entre os operários por suas posições destemidas.

100 ANOS DA 1ª GREVE GERAL NO BRASIL

Neste mês de julho comemora-se o centenário da primeira greve geral ocorrida no Brasil. Inspirada pela revolução russa aberta em fevereiro de 1917, ela ocorreu em São Paulo contra as péssimas condições de trabalho às quais era submetido o operariado, composto em grande parte por imigrantes italianos e espanhóis.

Em 9 de julho, operários que protestavam numa fábrica no Brás foram atacados pela cavalaria o que custou a vida de José Martinez. Seu funeral atraiu uma multidão que atravessou a cidade até o cemitério do Araçá. Operários do Cotonifício Crespi entraram em greve, e três dias depois mais de 70 mil trabalhadores estavam em greve. A greve geral conquistou aumentos de salários e melhorias nas condições de trabalho.

Chile ataca o direito de greve

Obrigação de manter serviços mínimos restringe a possibilidade de trabalhadores paralisarem atividades

Depois da queda da ditadura Pinochet em 1989, foi firmado um acordo entre a Confederação de Produção e Comércio e a central sindical CUT, que na prática assegurou os princípios instalados na ditadura. Em relação ao direito de greve, além do complicado procedimento estipulado em lei para efetivá-la, a empresa poderia usar outros trabalhadores para substituir os grevistas,

Um artigo do Código do Trabalho estabelece os requisitos que devem ser cumpridos para que os trabalhadores grevistas possam ser substituídos.

Uma nova reforma, do governo Bachelet substitui este artigo pelo de serviços mínimos, no qual se aplicam os princípios usados com os serviços de primeira necessidade.

De acordo com a Direção do Trabalho (DT), trata-se de uma limitação do direito de greve que diz respeito a funções, tarefas, processos ou áreas de gestão ou serviço de uma empresa que devem ser atendidos durante o desenvolvimento de um movimento de paralisação.

Isso deve ocorrer, segundo a DT, de acordo com o tamanho e as características da empresa, estabelecimento ou ocupação, quando essas funções ou tarefas resultem estritamente necessárias para proteger os bens e instalações da empresa e prevenir acidentes, garantir a prestação de serviços de

utilidade pública ou a atenção a necessidades básicas da população, incluídas aquelas relacionadas com a vida, a segurança ou a saúde das pessoas, e garantir a prevenção de danos ambientais ou sanitários.

A DT diz que não é uma restrição ao direito de greve, mas também afirma que é uma limitação de tal direito, que busca, entre outras coisas, proteger a propriedade privada. Antes da reforma, os sindicatos deveriam fiscalizar para detectar as substituições, agora terão de manter equipes de emergência.

Nos bancos

A nova lei exige, como passo prévio à negociação coletiva, que devem ser estabelecidos os serviços mínimos em caso de greve. É o primeiro obstáculo a ser superado pelos trabalhadores para exercer o seu direito a negociar melhores condições salariais e trabalhistas. Se não há acordo entre empresa e trabalhadores, o conflito pode seguir nos tribunais.

O Banco Ripley é a primeira instituição financeira que negocia com seus trabalhadores no marco da nova regulamentação. O que ocorrer nessa negociação coletiva se converterá em precedente para o setor, e, efetivamente, o primeiro obstáculo enfrentado pelo sindicato é a desmedida solicitação de serviços mínimos por parte da empresa que segue o regulamento do Banco Central, com a autorização

da DT e do Ministério do Trabalho.

O Banco Central diz que a outorga de crédito e a captação são áreas que requerem serviços mínimos, assim como informática, sistemas de pagamento, tesouraria etc. Menciona mais de 30 processos, entre outros, ou seja, o objetivo é que não seja possível realizar greve nenhuma no setor.

O banco entregou uma lista com 51 cargos a serem cobertos por 500 trabalhadores; o paradoxal é que o sindicato tinha menos de 500 associados. A DT aprovou 25 cargos, sobressaindo-se os da área tecnológica. Na área de segurança, apro-

vou 94 trabalhadores, enquanto na planilha do banco são 87.

O sindicato, apoiado pela Confederação Bancária, rechaçou o lobby empresarial e de agentes do Estado sobre a DT e o Ministério do Trabalho para privar os trabalhadores bancários do direito de greve. A trama que o governo armou somente tornará as negociações mais complexas e as levará até o campo jurídico, deixando as melhorias trabalhistas e econômicas dos trabalhadores em segundo plano.

Javier Marquez



Os chilenos lutam para recuperar Previdência pública, privatizada por Pinochet, com a criação de fundos controlados pelas Administradora de Fundos de Pensão (AFP). A campanha "No + AFP" vem mobilizando milhões. A campanha organiza em 29 e 30 de setembro um plebiscito popular, com as perguntas: "SIM, mais AFP, capitalização individual", "NÃO mais AFP, sistema de repartição solidária". As urnas deverão confirmar o que as imensas mobilizações exigem nas ruas "Não Mais AFP"! Na foto, Luis Mesina, porta-voz da campanha lança o plebiscito na Universidade do Chile.

Nenhum pacto ou acordo com Rajoy!

Unir forças para expulsar o PP do governo espanhol

Reproduzimos editorial do jornal Informacion Obrera, do Estado Espanhol.

Em 21 de junho, os camaradas Ranz e Nogales foram julgados por supostos delitos pela aplicação do artigo 315.3 do código penal, ou seja, por fazer greve e participar de um piquete de informação. O procurador geral, em sua magnanimidade, propôs reduzir a pena para evitar a prisão se os acusados reconhecessem seus crimes, portanto, considerando-se culpados. Os camaradas se recusaram e o julgamento foi marcado para 7 de julho.

Os tribunais herdados do franquismo e o governo da monarquia que os dirige não mudam.

Diante do anúncio do governo catalão de atender à exigência da maio-

ria do povo catalão do direito de decidir, o governo só soube responder pela força, a ameaça do recurso ao artigo 155 da Constituição, quer dizer, à possibilidade de dissolver as instituições catalãs.

Com razão, a responsável do comitê executivo federal do PSOE, Nuria Parlón, prefeita de Santa Coloma de Gramanet, declarou que os socialistas não podiam permitir um ataque desse tipo, em contraste com outras declarações desse mesmo comitê executivo.

Em 16, 17 e 18 de junho realizou-se o 39º congresso do PSOE. A velha guarda dos Felipe, Zapatero, Rubalcaba, Guerra foi descartada (30% dos delegados se abstiveram sobre as propostas de Pedro Sanchez). Para uma maioria de militantes socialistas, o congresso representou uma

lufada de ar fresco. Sem dúvida, eles esperam que seu partido constitua uma verdadeira oposição socialista.

No Congresso, dezenas de leis estão em via de serem reconsideradas ou revistas: a reforma do Código do trabalho, a lei da mordaza... Ao que parece, um tortuoso trâmite parlamentar permitiria que algumas dessas leis fossem "reconsideradas ou anuladas" daqui até o fim do ano (?). Enquanto isso, a vida segue seu curso, os jogos parlamentares só servem para manter o governo mais odiado, minoritário e corrupto que se conhece desde a morte de Franco.

Esse governo dispõe de mecanismos constitucionais para não aplicar as leis adotadas pelo Parlamento, com um simples recurso ao Tribunal constitucional.

Os trabalhadores, os jovens, o

povo, a maioria social pode esperar e esperar até 2019... como alguns sugerem? Isso não significa, na realidade, colaborar com Rajoy ao participar em todas essas comissões: os pactos de Toledo, o pacto pela educação, o pacto por isso ou por aquilo?... Ou seja, criar ilusões para permitir que se prossiga na mesma política?

Trabalhadores e militantes sindicais vindos de todo o Estado espanhol reunidos em conferência em Madrid em 17 de junho concluíram: "Reunidos nesta conferência, nós afirmamos que é prioritário abandonar toda colaboração, toda conivência. Nenhum pacto ou acordo com o governo! Trabalhem para unir forças a fim de expulsar o Partido Popular do governo! É uma exigência fundamental dirigida ao conjunto do movimento operário e democrático."

Venezuela: A Constituinte e a ação da direita pró-imperialista

Com eleições marcadas para 30 de julho, oposição monta plebiscito paralelo

Hoje, na Venezuela, existem duas opções políticas em jogo: a direita pró-imperialista exige antecipação das eleições gerais, enquanto o governo de Nicolás Maduro convocou uma Assembleia Constituinte com eleições em 30 de julho.

Mas a opção da direita inclui a pressão por uma intervenção externa no país, contando com o apoio de governos como os de Macri na Argentina, Santos na Colômbia e Peña Nieto no México. A oposição que controla o Legislativo, tenta também negociar com os bancos credores uma interrupção de créditos à Venezuela. Mas ela carece de força militar, utilizada no passado para dar golpes de Estado, por isso investe em manifestações violentas diante de quartéis, incêndios de postos policiais, buscando criar clima para uma intervenção "humanitária".

O governo Maduro busca ganhar tempo e dividir a oposição criando pontes de negociação com a "oposição civilizada". Ao convocar a Constituinte, apelando aos setores populares chavistas, Maduro abriu uma porta que pode vir a ser utilizada para uma mobilização que se expresse em ampla participação para eleger constituintes que defendam reivindicações dos trabalhadores e setores oprimidos. A Constituinte poderia assim romper o equilíbrio dos últimos meses entre as manifestações da oposição e as convocadas pelo chavismo.

Medidas concretas são urgentes

Mas é evidente que sem medidas concretas nos planos econômico e social, a Constituinte poderá ser uma casca vazia. É preciso atacar o desastre produtivo com a nacionalização dos



bancos e do comércio exterior, com a expropriação dos capitalistas que sabotam o abastecimento de gêneros de primeira necessidade (há uma dezena de grandes empresas privadas que manipulam a escassez). Não haverá recuperação econômica sem apoio popular e este só existirá se as demandas populares são atendidas.

Os paliativos para aumentar a participação dos organismos de base do chavismo na distribuição de alimentos são insuficientes. É preciso interromper a fuga de capitais, suspender o pagamento da dívida externa, revisar a dívida interna que acaba financiando a oposição, para que haja recursos para a recuperação da economia.

É preciso também revisar o chamado "arco mineiro do Orinoco" que, em nome de combater as minas ilegais, promove concessões às multinacionais, pagando até compensações àquelas que foram expulsas no tempo de Hugo Chávez. Bem como combater a corrupção interna ao aparelho de Estado (aí incluído o Exército), que cria obstáculos para a distribuição de bens importados pelo governo.

oprimido querem ver atendidas pela Constituinte.

Entramos num mês decisivo. A direita fará todo o possível para dar seu "ataque final". A MUD (coalizão opositora) anunciou um plebiscito contra a Constituinte, que seria organizado pela Assembleia Nacional que ela controla, por fora dos marcos constitucionais atuais, vale dizer sem a participação do Conselho Nacional Eleitoral. A mídia direita justifica tal operação como uma "forma legítima de consulta". No mesmo dia dessa consulta paralela, 16 de julho, Maduro convocou um "ensaio" da votação para a Constituinte, é claro que para esvaziar o evento opositor.

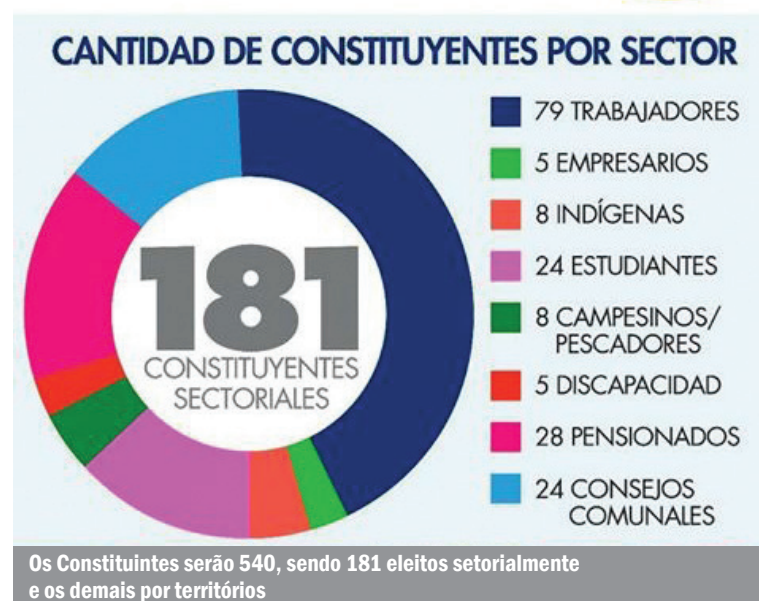
A oposição conta com a pressão exterior, da OEA, dos Estados Unidos, para levar adiante a sua política que inclui o apelo permanente a uma intervenção externa "humanitária" no país.

O chavismo, por seu lado, tem o poder de Estado e o controle das Forças Armadas, além de uma organização política e social superior à da oposição, ainda que afetada por dissidências como a da procuradora geral Luisa Ortega Díaz (que não é uma ruptura de alto a baixo no chavismo, mas um caso isolado).

O Coletivo Trabalho e Juventude, no qual intervêm os militantes venezuelanos da 4ª Internacional, apoia como candidato à Constituinte o companheiro sindicalista Raúl Ordoñez, que levanta uma plataforma de defesa da soberania nacional contra a ingerência externa do imperialismo e de resgate das conquistas sociais e trabalhistas do povo venezuelano. Os próximos vinte dias serão de intensa luta até as eleições para a Constituinte em 30 de julho.

Alberto Salcedo,
de Maracaibo

BASES COMICIALES



Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br